

PRÁTICAS DE AMAMENTAÇÃO NO MUNICÍPIO DE COSMÓPOLIS

Cosmópolis city breastfeeding practices

Elisabete Silva RONDON

Faculdade de Jaguariúna

Érika Cristina Jacob Guimarães PAIXÃO

Faculdade de Jaguariúna

Natalia Gabriela ODININO

Faculdade de Jaguariúna

Resumo: O presente estudo descritivo teve por objetivo conhecer a prática do aleitamento materno em crianças menores de um ano em uma cidade do interior do estado de São Paulo, o município de Cosmópolis. Investigou-se a situação do aleitamento de 571 crianças, e os dados válidos foram obtidos para 545, representando 66,79% da população de menores de um ano estimada para o município. Esses dados foram obtidos através da participação de Cosmópolis da II Pesquisa Nacional de Prevalência do Aleitamento Materno, desenvolvido pelo Instituto de Saúde SES/SP que tem o intuito de disponibilizar aos municípios informações epidemiológicas sobre alimentação infantil, com vistas ao planejamento de ações nessa área, especialmente no tocante à amamentação. Duas enfermeiras do município de Cosmópolis receberam treinamento de 8 horas para aplicar e coordenar a pesquisa. Através dessa pesquisa foi possível conhecer a prática do aleitamento materno no município de Cosmópolis e correlacionar essa prática com diversas realidades sociais maternas. Contudo, a prática do aleitamento materno exclusivo no município em questão está distante do que preconiza o Ministério da Saúde, o que sugere que ações de incentivo à promoção ao aleitamento devem ser intensificadas.

Palavras chave: aleitamento materno; saúde da criança; promoção da saúde.

Abstract: The descriptive study aimed to know the breastfeeding practice in children less than one year in Cosmópolis City located in state of São Paulo. Was investigated the situation of 571 children's breastfeeding, and the valid data were obtained for 545 children, representing 66,79% of the population of children under one year estimated for the city. The data were obtained through the Cosmópolis city participation on II National Research of Prevalence Breastfeeding, developed by SES/SP Health Institute, that provide city epidemiological information on infant feeding, toward to planning actions in this area, especially on breastfeeding. Two nurses of Cosmópolis city received 8 hours of training to implement and coordinate the research. Through it was possible to know the breastfeeding practice and correlate it to various maternal social realities. However, the practice of breastfeeding exclusive in the city is far from Ministry Health considers right, which suggest that encourage actions of promoting breastfeeding shall be intensified.

Keywords: breast feeding; child health; health promotion.

INTRODUÇÃO

Em um período obscuro na questão do aleitamento materno, nas décadas de 50 e 60, quando se era valorizado o leite artificial, as taxas de prevalência da amamentação caíram a níveis alarmantes. Contudo, a partir da década 70, medidas mundiais de proteção ao aleitamento passaram a ser colocadas em prática, como a proibição da propaganda comercial do leite artificial. Isso porque são inúmeras as pesquisas que revelam, a cada dia, que o aleitamento materno só traz benefícios para a mãe e o bebê, além de diminuir consideravelmente a taxa de mortalidade infantil (ESCUDE, et al., 2003).

Sabendo-se das inúmeras vantagens do aleitamento materno para o binômio mãe-filho e a falta de dados criteriosos dessa prática, faz-se necessário conhecer a real situação da prevalência da amamentação, para assim se ter subsídios para planejamentos de ação em saúde.

Embora tenha havido um crescimento importante da amamentação (VENANCIO; MONTEIRO, 1998) ainda não se conseguiu atingir os patamares ideais, pois uma das dificuldades encontradas para atingir esse ideal é falta de dados, pois estes poderiam revelar com fidelidade a real situação da prevalência do aleitamento materno nos municípios do Brasil.

Até recentemente, dados que mostravam a situação do aleitamento materno no Brasil eram aqueles obtidos pela Pesquisa Nacional sobre Saúde e Nutrição, realizada em 1989, quando a mediana da prevalência da amamentação (exclusiva ou não) era de 174, e exclusiva era de 72/dia (LEÃO, et al., 1989).

Já em 1996, dados da Pesquisa Nacional sobre Demografia e Saúde (PNDS) constatou que a prática do aleitamento materno estava aumentando. Para a população de crianças de 0 a 4 meses de idade, a frequência da

amamentação elevou-se de 73,5% para 85,4% e ao redor de um ano de idade (10 a 14 meses), passou de 27,5% para 37,1% (MONTEIRO, 1997).

Em 2006, dados de nova Pesquisa Nacional sobre Demografia e Saúde constatou que a prática do aleitamento materno continua em ascensão. Enquanto que 33% foram amamentadas na primeira hora de vida em 1996, em 2006 esse número sobe para 43%. A média em meses de crianças que recebem o leite materno associado a outros alimentos, subiu de 7 meses em 1996 para 9,3 meses em 2006, sendo que a duração do aleitamento materno exclusivo subiu de 1 mês para 2,2 meses (PNDS, 2006).

Por outro lado, pesquisas isoladas mostram que a maioria das crianças são amamentadas ao nascer, mas a introdução prematura de chás e água reduz drasticamente a exclusividade dessa prática, evidenciando ainda que a introdução de outros alimentos se dá precocemente (PASSOS, et al., 2000). Da mesma forma, pesquisas realizadas em municípios do estado de São Paulo revelam que nem 30 % das crianças de até 4 meses recebem exclusivamente o leite materno (VENANCIO, et al., 2002).

O Ministério da Saúde (MS), em concordância com a Organização Mundial da Saúde (OMS), preconiza que o bebê deva receber exclusivamente o leite materno até 6 meses de vida, sendo que só a partir do 6º mês de vida é que seja introduzido outros alimentos de forma complementar, mas com o leite materno mantido até pelo menos dois anos (BRASIL, 2002). Faz-se necessário diagnosticar com profundidade a real situação da amamentação para fins de comparação: entre o recomendado e a realidade.

Uma das formas de alcançarmos o recomendado é através da ação profissional, que tem grande importância no estímulo ao aleitamento materno. O aconselhamento em amamentação é uma boa estratégia que implica em ajudar a mulher a tomar decisões de forma empática, saber ouvir e aprender, desenvolver a confiança e dar apoio (GIUGLIANE, 2000).

Com vistas a integrar o Município de Cosmópolis ao esforço mundial e nacional para a retomada do aleitamento materno como prática alimentar

dominante no primeiro ano de vida, faz-se necessário conhecer a prevalência dessa prática para assim obter-se mais subsídios para propostas de ações, estabelecimento de metas e avaliação do seu impacto.

Dessa forma, a campanha de multivacinação, evento que vem alcançando boa cobertura, foi um bom momento para a realização desse diagnóstico com crianças menores de um ano, permitindo gerar mais informações com a coleta dos dados levantados e desta forma, planejar, organizar e implementar as ações em saúde que garantam uma prevalência do aleitamento materno próxima ao ideal.

OBJETIVOS

Conhecer a prática do aleitamento materno em crianças menores de um ano em uma cidade do interior do estado de São Paulo, o município de Cosmópolis.

CONSIDERAÇÕES METODOLÓGICAS

População estudada

A população de estudo consistiu em 648 crianças menores de um ano que compareceram à segunda etapa da Campanha de Multivacinação, em 09 de agosto de 2008.

Operacionalização da coleta de dados

Investigou-se a situação do aleitamento de 571 crianças, e os dados válidos foram obtidos para 545, representando 84,10% do total de crianças vacinadas no sábado dia 09/08/2008, e 66,79% da população de menores de um ano estimada para o município, considerando a população para menores de um ano de 816 crianças, em 2008 (DATASUS, 2008).

Instrumento de coleta de dados

O Projeto Amamentação e Municípios (AMAMUNIC), desenvolvido pelo Instituto de Saúde SES/SP, desde 1998, surgiu com o intuito de disponibilizar

aos municípios informações epidemiológicas sobre alimentação infantil, com vistas ao planejamento de ações nessa área, especialmente no tocante à amamentação (AMAMUNIC, 2009). Em 2008, o projeto já tinha se estendido para todo o país (antes só realizado no estado de São Paulo), recebendo o nome de II Pesquisa Nacional de Prevalência do Aleitamento Materno. Para o município de Cosmópolis participar da pesquisa, duas enfermeiras do referido município receberam treinamento de 8 horas para aplicar e coordenar a pesquisa.

Posteriormente, as enfermeiras capacitadas treinaram 21 entrevistadores que aplicaram o questionário aos acompanhantes das crianças menores de um ano na ocasião da campanha contra poliomielite ocorrida no sábado 09 de agosto de 2008. Apesar da campanha ter se estendido para a próxima semana, não foi possível manter os entrevistadores para essas crianças que vieram depois do sábado.

O instrumento proposto para coleta de dados evita questões abertas e inclui para todas as crianças questões sobre o consumo nas últimas 24 horas de leite materno, outros tipos de leite e outros alimentos, incluindo água, chás e outros líquidos, seguindo as recomendações da OMS para levantamentos sobre amamentação. Permite, dessa forma, definir com precisão se a criança recebeu ou não leite materno de forma exclusiva nas 24 horas que antecederam a pesquisa.

O questionário inclui também questões que caracterizam as crianças quanto à situação de nascimento, utilização da rede pública para a realização de puericultura e dados sócio-econômico-demográficos. Algumas questões retrospectivas foram incluídas (somente para os menores de quatro meses de idade) para verificar a alimentação das crianças no primeiro dia em casa após a alta hospitalar. Com isso busca-se, de forma indireta, conhecer as orientações dadas às mães sobre amamentação exclusiva nas maternidades.

Análise dos dados

Na pesquisa nacional foi utilizado um aplicativo desenvolvido especialmente para a pesquisa. O aplicativo WEB foi desenvolvido e disponibilizado pelo Ministério da Saúde para digitação e análise dos dados. Esse aplicativo foi uma adaptação do utilizado no estado de São Paulo desde 1999, o AMAMUNIC, que é um aplicativo no programa ACCESS, que armazena os dados registrados nos questionários verificando inconsistências durante a digitação (permitindo ao digitador corrigir eventuais erros), o que possibilita a melhora da qualidade da informação (VENANCIO, et al., 2001).

Esse aplicativo permite gerar relatórios com os indicadores de práticas de alimentação infantil em concordância com a OMS, possibilitando uma padronização da análise dos dados e também maior autonomia dos municípios para trabalhar com as informações obtidas a partir da pesquisa.

O programa possui também um módulo central, elaborado para possibilitar o gerenciamento dos dados e emissão de relatórios por município e do total de crianças menores de um ano que participaram do estudo.

Os bancos de dados dos municípios gerados pelo aplicativo são encaminhados à coordenação central do projeto (Instituto de Saúde), o que possibilita uma análise comparativa da situação da amamentação nos municípios. O software SPSS 7.0 foi utilizado para a análise dos dados apresentados a seguir.

Indicadores para a avaliação das práticas de alimentação infantil

A OMS lançou em 1991 (WORLD HEALTH ORGANIZATION, 1991) um documento propondo a padronização de categorias e indicadores para avaliação de práticas de alimentação infantil. Segundo essa proposta, adotada neste trabalho, as categorias de aleitamento materno seriam:

Aleitamento materno exclusivo ou (AME): a criança recebe apenas leite materno de sua mãe ou ama-de-leite, ou leite materno ordenhado, e

não recebe outros líquidos ou sólidos com exceção de vitaminas, suplementos minerais ou medicamentos.

Aleitamento materno predominante (AMP): a fonte predominante de nutrição da criança é o leite materno. Porém, a criança também pode receber água e bebidas à base de água (água açucarada e com sabores, infusões, chá, etc); suco de frutas; solução de sais de hidratação oral (SRO); vitaminas, minerais e medicamentos em gotas ou xaropes, e líquidos cerimoniais (em quantidades limitadas).

Aleitamento materno exclusivo ou aleitamento materno predominante (AMEP): juntos constituem o aleitamento materno completo.

Aleitamento materno (AM): a criança recebe leite materno (diretamente do peito ou ordenhado), independentemente de receber ou não outros alimentos.

Aleitamento materno complementado (AMCo) a criança recebe leite materno e alimentos sólidos (ou semi-sólidos).

RESULTADOS

Da população estudada, apenas 35,02% referiram o aleitamento materno exclusivo até o sexto mês de vida do bebê. Esse número sobe para 50,30% quando considerado o aleitamento materno predominante, ou seja, quando há introdução de alimentos, água ou chá antes dos 6 meses, mas com o amamentação ainda prevalecendo na alimentação da criança. Já dos bebês de 9 a 12 meses, apenas 43,09% ainda recebiam leite do peito.

Foi verificado que 87,84% dos bebês foram amamentados exclusivamente no primeiro dia em casa após a alta hospitalar, indicando que a maioria recebeu alta com condições de promover o aleitamento materno.

Dos hospitais onde ocorreu o parto, dois hospitais tiveram a grande parte dos partos: um com título de Iniciativa Hospital Amigo da Criança (IHAC),

o Centro de Atenção Integral à Saúde da Mulher (CAISM) e outro sem o título, que é o hospital do município de Cosmópolis (Hospital Beneficente Santa Gertrudes). No primeiro, 43,48% dos bebês recebiam o leite materno exclusivamente até o sexto mês, enquanto no segundo, 34,78% estavam em AME.

Quanto ao tipo de parto, as mulheres que tiveram o parto cesárea mantiveram mais o AME do que àquelas que tiveram o parto natural, sendo 37,41% em AME no primeiro grupo contra 32,76% no segundo.

Já quanto ao número de filhos, as mulheres que estavam no primeiro filho amamentaram mais seus bebês quando comparado àquelas que estavam no segundo filho ou mais, conforme mostra a Figura 1.

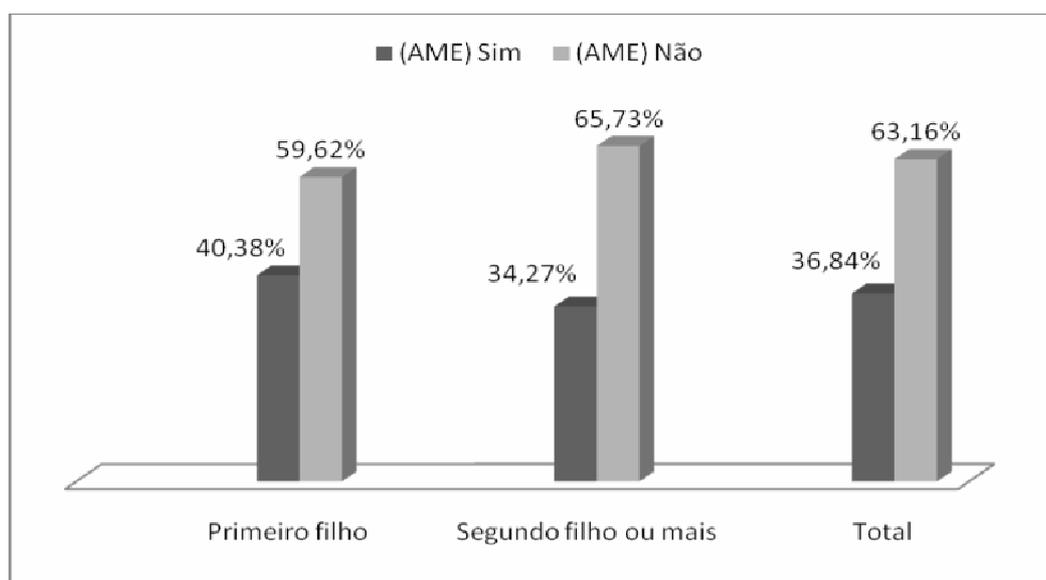


Figura 1. Distribuição de crianças menores de 6 meses em Aleitamento Materno Exclusivo (AME) segundo a paridade.

Na população estudada foi alta freqüência do uso de bicos artificiais (57,88% usavam mamadeira e 48,85% usavam chupeta), que são prejudiciais à prática da amamentação.

Quanto à idade da mãe, foi na faixa etária de 20 a 35 anos em que prevaleceu o AME (38,83%), enquanto que nas menores de 20 anos teve a menor porcentagem (28,21%), como mostra a Figura 2.

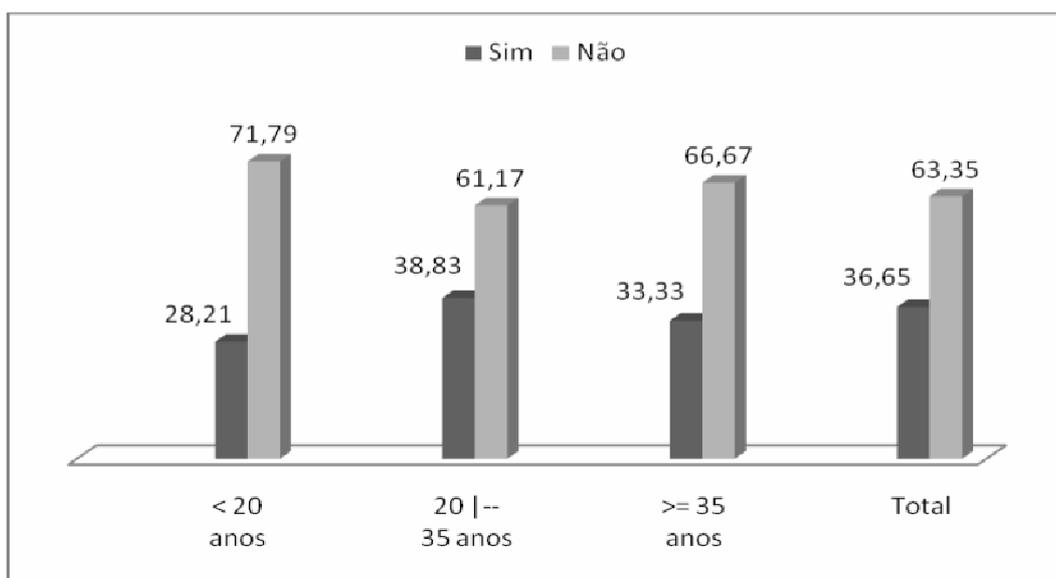


Figura 2. Distribuição de crianças menores de 6 meses em aleitamento materno exclusivo (AME) segundo idade materna.

Quanto ao nível de escolaridade, as mulheres com mais escolaridade (ensino médio completo) mantiveram o AME até 6 meses com mais frequência do que as mulheres com menos escolaridade, com exceção da mulheres com nível superior cuja a amostra foi pequena, conforme pode ser observado na Tabela 1.

Tabela 1. Distribuição de crianças menores de 6 meses em AME segundo a escolaridade materna.

Escolaridade	(AME) Sim	(AME) Não
Sem Escolaridade	0%	4 (100%)
Ensino Fundamental incompleto	19 (29.69%)	45 (70.31%)
Ensino Fundamental completo	9 (21.43%)	33 (78.57%)
Ensino Médio Incompleto	15 (37.5%)	25 (62.5%)
Ensino Médio Completo	43 (51.19%)	41 (48.81%)
Ensino Superior Incompleto	2 (50%)	2 (50%)
Ensino Superior Completo	3 (27.27%)	8 (72.73%)
Total	91 (36.55%)	158 (63.45%)

As mulheres que acompanhavam seus bebês pelo convênio mantiveram melhor o AME até 6 meses (40,00%), seguido dos bebês acompanhados pelas Unidades Básicas de Saúde - UBS (32,99%) e por último aqueles acompanhados no Programa Saúde da Família/ Programa de Agentes Comunitários de Saúde - PSF/PACS (32,14%).

Agora considerando o trabalho da mãe, as mulheres que estavam sob licença maternidade foram as que mais amamentaram seus bebês, como mostra a Figura 3.

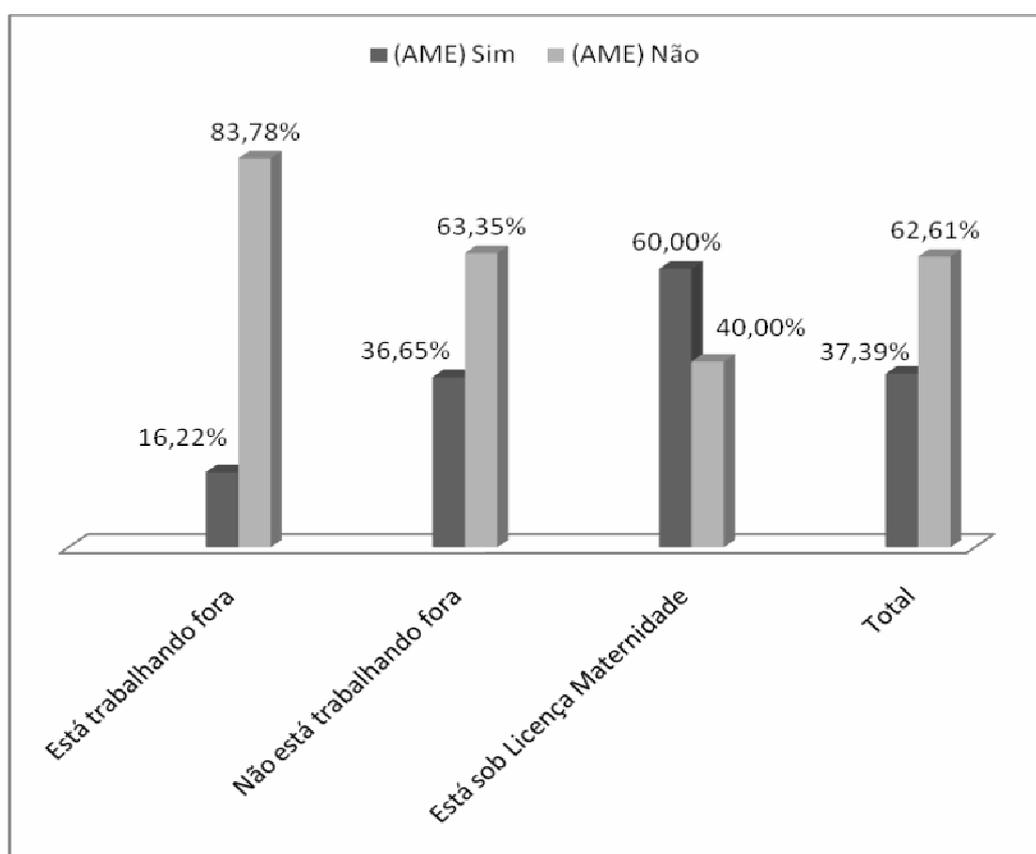


Figura 3. Distribuição de crianças menores de 6 meses em Aleitamento Materno Exclusivo (AME) segundo o trabalho da mãe.

DISCUSSÃO

A prática do AME até 6 meses no município de Cosmópolis deixa a desejar quando observado o que recomenda o MS e OMS, pois menos da metade da população estudada segue ao preconizado (35,02%). Esse dado também foi menor do que o encontrado na PNDS de 2006 (PNDES, 2006), cuja taxa foi de 40%.

A prevalência do AMCo também é baixa nos bebês de 9 a 12 meses (43,09%), sugerindo que aleitamento materno não se estende para a maioria além do primeiro ano de vida. Esse achado segue o perfil encontrado em 69 municípios do interior do estado de São Paulo (VENANCIO, et al., 2001), em que a prevalência do AMCo em crianças de 10 a 12 foi de 36,8%.

As crianças nascidas de hospitais com título de Iniciativa Hospital Amigo da Criança (IHAC) seguiram com mais frequência o AME, o que sugere que os esforços do IHAC são relevantes. A Iniciativa Hospital Amigo da Criança (IHAC) foi idealizada em 1990 pela OMS e UNICEF para promover, proteger e apoiar a amamentação. O hospital com esse título se torna referência em amamentação para seu município, região e estado. Neles as mães são orientadas e apoiadas para o sucesso da amamentação desde o pré-natal até o puerpério, aumentando dessa forma os índices de aleitamento materno exclusivo e continuado e reduzindo a morbimortalidade materna e infantil (BRASIL, 2009).

Por outro lado, quando observado a idade da mãe, as adolescentes foram as que menos amamentaram exclusivamente seus bebês até os 6 meses, indicando a necessidade de se intensificar as ações educativas para esse público, devendo ser trabalhado com especial atenção e objetivando ainda satisfazer o preconizado pelo MS, bem como maior conscientização deste público “adolescentes” da importância para a saúde de ambas, crianças e elas próprias. Contudo, estudo mostra que as adolescentes seguem amamentando até 1 ano com maior frequência que outras mulheres (AUDI, et al., 2003).

Surpreendentemente, foi nas crianças acompanhadas pelo sistema privado no qual foi observado as melhores taxas de prevalência do AME. Ao contrário, as crianças acompanhadas pelo PACS e PSF foram observados as menores taxas do AME, que apesar da cobertura ser pequena no município, esses dados são convidativos a se observar as práticas da equipe de saúde do PACS e PSF. Outra pesquisa mostra mesmo resultado, em que as crianças atendidas no serviço privado são amamentadas por mais tempo (AUDI, et al., 2003).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Através da II Pesquisa Nacional de Prevalência do Aleitamento Materno foi possível conhecer a prática do aleitamento materno no município de Cosmópolis e correlacionar essa prática com diversas realidades sociais maternas.

Contudo, a prática do aleitamento materno exclusivo no município em questão está distante do que preconiza o Ministério da Saúde, o que sugere que ações de incentivo à promoção ao aleitamento devem ser intensificadas no município.

Também faz-se necessário conhecer que alimentação complementar que essas crianças estão recebendo, e quando ela é introduzida. Os alimentos complementares podem ser tanto o alimento consumido e preparado para toda a família quanto aquele preparado exclusivamente para o consumo da criança. Embora haja controversas, é consenso que a alimentação complementar deva ser introduzida após 180 dias de vida, devido ao fato de que, se introduzida antes pode haver diminuição do aleitamento materno em detrimento de um alimento que pode ter baixo valor nutricional além de aumentar o risco de infecção nas crianças pela falta de higienização e outros produtos químicos (MONTE; GIUGLIANE, 2004). Pesquisa como essa, de investigação do aleitamento materno, também nos dá subsídio para o questionamento de quando a alimentação complementar está sendo introduzida, gerando assim mais informações sobre os hábitos alimentares e de nutrição que estão sendo praticados com os bebês, bem como as implicações para sua saúde.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMAMUNIC: amamentação e municípios. **Histórico do projeto amamentação em município**. Disponível em <<http://www.isaude.sp.gov.br/amamu/historico.html>> Acesso em: 26 mar. 2009.

AUDI, Celene Aparecida Ferrari; CORRÊA, Ana Maria Segall; LATORRE, Maria do Rosário Dias Oliveira. Alimentos complementares e fatores associados ao aleitamento materno e ao aleitamento materno exclusivo em lactentes até 12 meses de vida em Itapira, São Paulo, 1999. **Revista Brasileira Saúde materna. infant**. Brasil, Recife. Vol 3. n. 01, p. 85-93, 2003.

BRASIL. MINISTÉRIO DA SAÚDE. Secretaria de Política de saúde. Organização Pan Americana da Saúde. **Guia alimentar para crianças menores de dois anos**. Secretaria de Políticas de Saúde. Organização Pan Americana da Saúde – Brasília: Ministério da Saúde. 2002.

BRASIL. MINISTÉRIO DA SAÚDE. Instituição Hospital Amido da Criança. Disponível em: <http://portal.saude.gov.br/portal/saude/cidadao/visualizar_texto.cfm?idtxt=24229> Acesso em 19 abr. 2009.

DATA SUS. Tecnologia da informação a serviço do SUS. População residente – São Paulo. População residente segundo o Município. Município: Cosmópolis Faixa etária: menor de 1 ano. Período: 2008. Disponível em: <<http://tabnet.datasus.gov.br/cgi/tabcgi.exe?ibge/cnv/popsp.def>> Acesso em 20 de fev. de 2009.

ESCUDE, Maria Mercedes Loureiro; VENANCIO, Sonia Ioyama; PEREIRA, César Rodrigues. Estimativa de impacto da amamentação na mortalidade infantil. **Revista Saúde Pública**, Brasil. v. 37, n. 03, p. 319-25, 2003.

GIUGLIANI, Elza R.J. O aleitamento materno na prática clínica. **Jornal de pediatria**, Brasil. 0021-7557/76 supl.3/S238, 2000.

LEÃO, M.M. et al. O perfil do aleitamento materno no Brasil. In: Fundação IBGE/UNICEF. **Perfil estatístico de crianças e mães no Brasil**. Rio de Janeiro. p.97-110, 1989.

MONTE, Cristina M.G.; GIUGLIANI; Elza R.J. Recomendação complementar da criança em aleitamento materno. **Jornal de pediatria**. Brasil. 0021-7557/04/80-05-Supl/S131, 2004.

MONTEIRO, Carlos Augusto. O panorama da nutrição infantil nos anos 90. **Cadernos de Política Social**, Brasil. vol. 01 p.11-2, 1997.

PASSOS, Maria Cristina; LOMOUNIER, Joel Alves; SILVA, Camilo A Mariano; FREITAS, Silvia Nascimento; BAUDSON, Maria F Reis. Práticas de amamentação no município de Ouro Preto, MG, Brasil. **Revista Saúde Pública**, Brasil. Vol. 34, n.06, p. 17-22, 2000.

PNDS. Pesquisa Nacional sobre Demografia e Saúde. PNDS 2006: **Fecundidade cai e acesso a serviços de saúde de mães e filhos cresce no Brasil**. Disponível em: <<http://bvsm.s.saude.gov.br/bvsm/pnds/img/PNDSNacionaleditada.pdf>> Acesso em 29 mar. 2009.

VENANCIO, Sonia Ioyama; ESCUDER, Maria Mercedes Loureiro; KITOB Pedro; REA, Marina Ferreira; MONTEIRO, Carlos Augusto. Freqüência e determinantes do aleitamento materno em municípios do Estado de São Paulo. **Revista Saúde Pública**. Brasil. Vol. 36, n. 03, p. 313-08, 2002.

VENANCIO, Sonia Ioyama; ESCUDER, Maria Mercedes L; COTRIM, Lilian Cristina; GOMES, Cirlei Célia. **Perfil da amamentação e padrões de desmame de crianças menores de um ano em 69 municípios de estado de São Paulo**, 2001. Disponível em <<http://www.isaude.sp.gov.br/amamu/perfilamentacao.doc>> Acesso em 26 mar. 2009.

VENANCIO, Sonia Ioyama; MONTEIRO, Carlos Augusto. Tendência da prática da amamentação no Brasil nas décadas de 70 e 80. **Revista Brasileira de Epidemiologia**, Brasil, v. 01, n.01, p. 40-49, 1998.

WORLD HEALTH ORGANIZATION, **Division of Child Health and Development. Indicators for assessing breastfeeding practices**. Geneva: World Health Organization, 1991.